

## CIRCULAR INFORMATIVA

Nº.07

Data: 2014/03/20

Para conhecimento de:  
Pessoal docente, discente  
e não docente

**ASSUNTO: - Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre ESTeSL  
– IPL – Alteração ao Regulamento n.º 19/2013.**

Informa-se a comunidade académica de que o Conselho Técnico-Científico, nas suas sessões de 5 de fevereiro e 12 de março de 2014, aprovou as alterações propostas ao **Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de mestre ESTeSL-IPL**, como a seguir se transcreve:

“(…)

**Artigo 3, número 5** - A aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o curso a que se refere a alínea a) do número 2 do presente artigo, habilita o estudante com uma pós - graduação na área ou domínio em que é ministrada a formação especializada.

**Artigo 5, número 1-** O Conselho de Curso é constituído por três a cinco professores maioritariamente com o grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, dos quais dois são professores da ESTeSL – IPL, e por um estudante do curso de 2º ciclo eleito pelos seus pares.

**Artigo 9, número 3** - Para efeitos de entrega do relatório de estágio de natureza profissional, ou do projeto ou da dissertação, o estudante pode, mediante parecer favorável do orientador, solicitar ao Presidente da ESTeSL a prorrogação do prazo de acordo com o exposto no artigo 7º do Regulamento de propinas para cursos de 2º ciclo da ESTeSL n.º 10/2013.

**Artigo 12, número 1** - Os temas de estágio de natureza profissional, de projeto, ou de dissertação, assim como as instituições/entidades de acolhimento e orientadores, poderão ser propostos pelos docentes do curso, pelos próprios estudantes, ou pelas instituições/entidades de acolhimento externa à ESTeSL-IPL e serão aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL por proposta do Conselho de Curso.

**Artigo 12, número 2** - A elaboração da dissertação ou do trabalho de projeto e a realização do estágio são orientados por doutor ou por especialista de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, nacional ou estrangeiro.

**Artigo 12, número 3** - Para efeitos do número anterior serão considerados critérios para atribuição de título de especialista de mérito, uma das duas possibilidades:

- (i) Ser especialista de reconhecida experiência e competência profissional como definido na alínea g) do artigo 3 do Título I do Dec-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto);
- (ii) Possuir grau académico de mestre ou superior e possuir currículo relevante na área em que vai orientar.

**Artigo 12, número 4** - A orientação pode ser assegurada, em regime de coorientação, por individualidades cujo currículo ateste da relevância da sua participação.

**Artigo 12, número 5-** O estudante deve entregar nos Serviços de Formação Pós-graduada e Contínua (SFPGC), nas condições e prazos determinados superiormente, para parecer do Conselho de Curso, um resumo com tema, objetivos e plano de trabalho, e orientador(es),

identificando, quando se aplicar, a instituição/entidade de acolhimento. Este documento deve ser acompanhado de uma declaração de aceitação da orientação científica por parte do(s) orientador(es) proposto(s) e respetivo resumo curricular.

**Artigo 12, número 6** - O Conselho de Curso comunica aos estudantes num prazo de 10 (dez) dias úteis, por escrito, o seu parecer favorável ou desfavorável, fundamentado, das propostas a que se refere o número anterior. Em caso de parecer favorável deve enviar ao Conselho Técnico-Científico para aprovação. Em caso de parecer desfavorável, o estudante dispõe de 10 (dez) dias úteis para fazer nova submissão. ”

**Artigo 12, número 7** - Sem prejuízo da necessidade de parecer referida nos números anteriores, o mestrando devesa proceder à sua inscrição/matricula no 3º semestre do curso, nos Serviços de Formação Pós-graduada e Contínua (SFPGC), nas condições e prazos determinados superiormente, sem a qual não poderá prosseguir os trabalhos.

**Artigo 12, número 8** - Nos casos em que, no decorrer do processo de estágio de natureza profissional, projeto ou dissertação, o estudante pretenda a alteração do tema, ou substituição do orientador, o Conselho de Curso exclui-se da responsabilidade de indicação de novo orientador.

**Artigo 12, número 10** - Em nenhum caso estas alterações pedidas e aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL por proposta do Conselho de Curso afetarão o calendário em vigor para a edição do Curso em curso devendo ser considerados inalterados os prazos de entrega dos relatórios finais do estágio de natureza profissional, ou projeto ou dissertação.

**Artigo 13, número 9** Após a aprovação nas provas públicas, o estudante entregará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, nos SFPGC, dirigido ao Presidente do Júri três exemplares definitivos em papel e seis exemplares em formato digital (CD/DVD), da versão definitiva.

**Artigo 13, número 10-** A emissão do diploma fica condicionada à entrega dos exemplares com a versão definitiva a que se refere o número anterior e a validação desses exemplares pelo Presidente do Júri sob parecer do(s) orientador(es), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 13, número 11** - As dissertações de mestrado estão sujeitas ao depósito obrigatório de uma cópia digital num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, devendo o mesmo ser cumprido num prazo não superior a 60 dias a contar da data em que foi conferido o grau de Mestre.

**Artigo 14, número 3** - Sempre que exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.

**Artigo 14º, números 4** - Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre nacionais ou estrangeiros titulares do grau de doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico do estabelecimento de ensino.

**Artigo 14º, números 5-** Para efeitos do número anterior serão considerados critérios para atribuição de título de especialista de mérito, uma das duas possibilidades:

- (i) Ser especialista de reconhecida experiência e competência profissional como definido na alínea g) do artigo 3 do Título I do Dec-Lei nº. 115/2013 de 7 de agosto);
- (ii) Possuir grau académico de mestre ou superior e ter currículo relevante na área em que vai arguir.

**Artigo 16, número 3** - O cálculo da classificação final do curso de especialização previsto na alínea a) do n.º 2 do art.º 3º é efetuado pela média ponderada das classificações de todas as unidades curriculares pelos respetivos ECTS.

**Artigo 17** - Diplomas

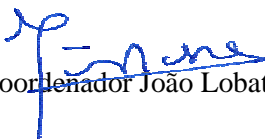
1. No âmbito dos cursos de 2º ciclo são emitidos diplomas referentes à:
  - a) conclusão do curso de especialização/pós-graduado conforme exposto na a) do número 2 do artigo 3º;
  - b) atribuição do grau de Mestre nos termos do n.º 2 do artigo 2º.
- 2.A emissão dos diplomas referidos no número anterior é acompanhada pela emissão do correspondente suplemento ao diploma nos termos da Lei, no prazo que permita a sua entrega no Dia da Escola, caso não seja outra a vontade expressa pelo mestrando
- 3.A emissão de qualquer certidão que ateste a conclusão do curso de especialização ou a obtenção do grau de mestre, requer o pedido de emissão do diploma.”

**Artigo 19, número 1-** Os casos omissos por este Regulamento devem ser, remetidos ao Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL que deve atuar em conformidade com a Lei e com os Estatutos da ESTeSL – IPL;

**Artigo 19, número 2 -** Reclamações das deliberações proferidas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL são dirigidas ao Presidente da ESTeSL –IPL. (...)”

Em anexo é republicado o Regulamento nº 19/2013 com a nova redação, **agora como Regulamento nº 3/2014.**

O PRESIDENTE DA ESTeSL

  
Prof. Coordenador João Lobato

/im

**REGULAMENTO Nº. 3/2014**  
**REGULAMENTO DO CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE**  
**AO GRAU DE MESTRE ESTeSL - IPL**

**ARTIGO 1º**

*Natureza e âmbito de aplicação*

O presente regulamento dá cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho e pelo Decreto-Lei nº 115/2013 de 7 de agosto, e estabelece as normas regulamentares dos cursos integrados no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre (adiante designados por cursos de 2º ciclo) em funcionamento na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL-IPL) e que sejam da sua exclusiva responsabilidade.

**ARTIGO 2º**

*Atribuição do grau de mestre*

1. A ESTeSL - IPL confere o grau de mestre nas áreas de especialização das Ciências da Saúde, nomeadamente nas áreas do diagnóstico e terapêutica, da intervenção comunitária e organizacional, entre outras, podendo a especialidade ser desdobrada em áreas de especialização.
2. A atribuição do grau de mestre é feita pela ESTeSL - IPL, através da emissão de diploma correspondente, e para os estudantes que o requeiram, pela emissão de carta de curso.

**ARTIGO 3º**

*Organização e estrutura curricular*

1. Os cursos de 2º ciclo têm a duração mínima de 3 semestres (90 ECTS) e a máxima de 4 semestres (120 ECTS) curriculares de trabalho dos alunos. Cada semestre (30 ECTS) corresponde a 810 horas.
2. O plano de estudos dum curso do 2º ciclo é constituído por:
  - a) Um curso de especialização, denominado por curso de mestrado, organizado em unidades curriculares que integram ambos os semestres do 1º ano do plano de estudos, a que corresponde um mínimo de 50% do total dos créditos do ciclo do estudos e;
  - b) Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para o efeito, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, a que corresponde um mínimo de 35% do total dos créditos do ciclo do estudo.
3. Qualquer das tipologias enunciadas na alínea b) do ponto anterior é objeto de documento final que ateste das competências exigidas para a atribuição do grau de mestre, enunciadas no artigo nº 15 do Decreto-Lei nº115 de 7 de agosto de 2013.
4. A atribuição do grau de mestre requer a aprovação no curso de mestrado com a obtenção de classificação mínima de 10 valores em todas as suas unidades curriculares e a aprovação no estágio de natureza profissional, ou trabalho de projeto ou dissertação, em conformidade com o plano de estudos do curso.

5. A aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o curso a que se refere a alínea a) do número 2 do presente artigo, habilita o estudante com uma pós -graduação na área ou domínio em que é ministrada a formação especializada.

#### **ARTIGO 4º**

##### ***Condições de funcionamento dos Cursos***

1. Os cursos de 2º ciclo são de lecionação presencial e/ou à distância. A lecionação à distância obriga, cumulativamente, a sessões presenciais correspondentes a um mínimo de 10% da carga horária total da unidade curricular e pelo menos um momento de avaliação presencial.
2. A lecionação de uma unidade curricular pode estar calendarizada ao longo das 15 semanas que constituem o semestre letivo e/ou ser calendarizada em regime modular.
3. As unidades curriculares são lecionadas em língua portuguesa, inglesa ou outra desde que devidamente divulgada (afixadas publicamente), antes do ato de inscrição/matricula, pelo Conselho de Curso.
4. O calendário académico para os cursos de 2º ciclo é aprovado anualmente pelo Presidente da ESTeSL - IPL, ouvidos o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Pedagógico da ESTeSL - IPL.
5. As condições de funcionamento são divulgadas (afixadas publicamente) nos períodos de divulgação e de candidatura para o curso.

#### **ARTIGO 5º**

##### ***Conselho de Curso***

1. O Conselho de Curso é constituído por três a cinco professores maioritariamente com o grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, dos quais dois são professores da ESTeSL – IPL, e por um estudante do curso de 2º ciclo eleito pelos seus pares.
2. Considera-se como “especialistas de reconhecida experiência e competência profissional” quem exerce ou tenha exercido profissão na área e satisfaça uma das seguintes condições:
  - a) Ser detentor de título de especialista conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 206/2009, de 31 de agosto;
  - b) Ser detentor de um grau académico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10 anos, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo Conselho Técnico-Científico;
  - c) Ser considerado como tal pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior no âmbito do processo de acreditação de ciclo de estudos, mesmo não cumprindo todos os requisitos definidos nas alíneas anteriores.
3. O Conselho de Curso é aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL, sob proposta do(s) Departamento(s) da ESTeSL envolvido(s) no curso.
4. O Conselho de Curso elege, de entre os seus membros, um Diretor de Curso que deverá encontrar-se em regime de tempo integral e ser titular do grau de doutor ou especialista de reconhecida experiência e competência profissional na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo de estudos.

5. Ao Diretor de Curso cabe presidir ao Conselho e representá-lo sempre que necessário. O Diretor nomeará um Diretor-Adjunto que o substituirá nas suas ausências e impedimentos.
6. Os membros do Conselho de Curso são nomeados pelo período de funcionamento de 2 anos.
7. No caso de demissão ou impedimento prolongado de um membro do Conselho de Curso o seu substituto será cooptado nos termos do nº 1 e 2 deste artigo.
8. Compete ao Conselho de Curso:
  - a) Apresentar ao Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL proposta de edição ou reedição do Curso de 2º Ciclo, após a consulta e parecer dos Departamentos cujas áreas científicas intervêm no curso proposto;
  - b) Propor a afetação de recursos humanos aos conselhos de Departamento cujas Áreas Científicas têm unidades curriculares envolvidas, a ser aprovado por estes e pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL;
  - c) Elaborar, quando considerar conveniente, adenda a este Regulamento para responder a especificidades do curso, a ser aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL;
  - d) Assegurar a aplicação do presente Regulamento e respetivas adendas;
  - e) Elaborar e gerir o plano de atividades do curso;
  - f) Analisar e intervir em questões de funcionamento ou questões pedagógicas pertinentes, dando conhecimento aos órgãos competentes das questões não resolvidas no âmbito do Conselho de Curso;
  - g) Sem prejuízo da livre escolha/proposta dos formandos, apresentar, para cada edição, uma lista de locais/tema/orientação de estágio de natureza profissional, ou uma lista de temas e orientadores para o projeto ou a dissertação;
  - h) Garantir a avaliação do curso de mestrado em ano subsequente ao de edição do curso de 2º ciclo, para os estudantes que não obtiveram aproveitamento no ano de edição;
  - i) Apresentar, para aprovação, ao Conselho Técnico-Científico, as propostas de trabalhos finais de 2ºciclo onde conste o nome do mestrando, tema do trabalho e o(s) orientador(s);
  - j) Apresentar, para aprovação, ao Conselho Técnico-Científico proposta dos membros do Júri das Provas Públicas, incluindo os motivos do convite e os aspetos mais relevantes do currículo, sempre que os orientadores ou elementos do júri careçam de reconhecimento do título de especialista de mérito para esses efeitos;
  - k) Elaborar, para cada uma das edições do curso, relatório de autoavaliação de acordo com as indicações do Conselho Pedagógico da ESTeSL e com as normas definidas pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
  - l) Exercer as competências conferidas no presente Regulamento e outras que o Presidente da ESTeSL - IPL ou o Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL entenda delegar.

## **ARTIGO 6º**

### **Corpo Docente**

1. O corpo docente total que assegura a lecionação no ciclo de estudos deve ser próprio, academicamente qualificado e especializado na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo.
2. Para efeitos da alínea anterior considera-se que o corpo docente é:
  - a) Próprio quando o corpo docente total é constituído por um mínimo de 75% de docentes em regime de tempo integral;
  - b) Academicamente qualificado quando o corpo docente total é constituído por um mínimo de 40% de docentes com grau de doutor;
  - c) Especializado quando:
    - i) Um número mínimo de 50% do corpo docente total é constituído por especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo de estudos ou por doutores especializados nessa área ou áreas;
    - ii) Um mínimo de 20% do corpo docente total é constituído por doutores especializados na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo de estudos;
3. Os docentes com o grau de doutor especializados na área ou áreas de formação fundamentais para o ciclo de estudos podem igualmente ser contabilizados para os efeitos da alínea b) do nº2.
4. Excecionalmente e nunca em percentagem superior a 20%, podem ainda integrar o corpo docente licenciados ou personalidades de reconhecido mérito com currículo considerado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL como relevante para o Curso.
5. Para efeitos deste regulamento consideram-se:
  - a) “Áreas de formação fundamentais do ciclo” aquelas que, de harmonia com a classificação das áreas de educação e formação pela Portaria nº256/2005, de 16 de março, representam, pelo menos 25% do total dos créditos do ciclo de estudos;
  - b) “Corpo docente total” o conjunto dos docentes que desenvolva atividade docente, a qualquer título, no ciclo de estudos, em equivalente a tempo inteiro;
  - c) “Corpo docente próprio” o conjunto dos docentes que, independentemente do seu regime contratual, se encontre a lecionar em regime de tempo integral no ciclo de estudos;
6. Para efeitos deste regulamento são considerados especialistas de mérito reconhecido personalidades com experiência e formação especializada na temática, cuja relevância é reconhecida pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL.
7. Quando exista mais de uma área de formação fundamental num ciclo de estudos, os docentes especializados devem ter uma distribuição por áreas adequadas ao peso de cada uma.

## **ARTIGO 7º**

### ***Acesso aos cursos de 2º ciclo***

1. Podem candidatar-se aos cursos de 2º ciclo os indivíduos:

- a) Titulares do grau de licenciado, ou equivalente legal, em áreas a serem especificadas e aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL sob proposta do Conselho de Curso;
  - b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
  - c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido pelo Conselho Técnico Científico da ESTeSL – IPL como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;
  - d) Detentores de currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL como tendo capacidade para realização deste ciclo de estudos;
2. As normas regulamentares específicas de ingresso nos ciclos de estudo serão definidas pelo Conselho de Curso e aprovadas em Conselho Técnico-Científico.
3. O reconhecimento a que refere a alínea b) e d) do nº1 tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

### **ARTIGO 8º** ***Seriação dos candidatos***

1. Os candidatos são seriados pelo Conselho de Curso de acordo com critérios previamente publicitados aquando da divulgação da formação, podendo ser considerado, entre outros:
- a) Classificação obtida no curso de 1º ciclo;
  - b) Afinidade do curso de 1º ciclo de estudos e respetivo perfil letivo com o curso de 2º ciclo;
  - c) Currículo académico, científico e profissional;
  - d) Entrevista;
  - e) Provas orais ou escritas.
2. A especificação dos subcritérios a que se refere o n.º 1 deste artigo e respetiva ponderação são aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL, sob proposta do Conselho de Curso.
3. Das reuniões do Conselho de Curso para seriação e ordenação dos candidatos serão lavradas atas, indicando:
- a) Os critérios de seriação e ordenação dos candidatos;
  - b) Os candidatos admitidos e não admitidos;
  - c) Ordenação dos candidatos.
4. Os procedimentos de seriação dos candidatos deverão estar terminados até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do prazo de candidatura.



5. Após a publicação dos resultados de seriação, os candidatos poderão apresentar as suas reclamações até um prazo de 5 (cinco) dias úteis.
6. A homologação dos resultados finais é da responsabilidade do Presidente da ESTeSL - IPL.
7. O reconhecimento de grau académico efetuado para fins de seriação de candidatos aos cursos de 2º ciclo, tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao candidato a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

## **ARTIGO 9º**

### ***Limites de inscrição e prescrições***

1. O limite de inscrições/matrículas em cada unidade curricular do curso de mestrado é de duas. Ultrapassado esse limite deverá ser solicitado o reingresso em edição posterior.
2. O curso de mestrado deverá ser concluído até dois anos após a primeira inscrição/matrícula. No segundo ano de inscrição/matrícula, e não havendo reedição do curso de 2º ciclo, o Conselho de Curso assegura a avaliação das unidades curriculares lecionadas no ano letivo anterior, e eventualmente a lecionação de conteúdos das unidades curriculares que considere imprescindíveis e possíveis de repetir.
3. Para efeitos de entrega do relatório de estágio de natureza profissional, ou do projeto ou da dissertação, o estudante pode, mediante parecer favorável do orientador, solicitar ao Presidente da ESTeSL a prorrogação do prazo de acordo com o exposto no artigo 7º do Regulamento de propinas para cursos de 2º ciclo da ESTeSL n.º 10/2013.
4. A ESTeSL-IPL não se obriga a reeditar nova edição do curso de 2º ciclo.

## **ARTIGO 10º**

### ***Regimes de precedências e de avaliação de conhecimentos***

1. A inscrição/matrícula no estágio de natureza profissional, ou do projeto ou da dissertação, tem como precedência a conclusão de no mínimo 42 ECTS do curso de especialização.
2. O regime de avaliação para cada unidade curricular do curso de mestrado deverá ser publicitado a todos os estudantes no início do semestre e deverá contemplar duas oportunidades de avaliação, uma em época normal e outra de recurso, até ao fim de cada semestre, de acordo com o Calendário Académico para o 2º ciclo e de acordo com o Regulamento Pedagógico da ESTeSL - IPL, tendo em atenção as especificidades dos cursos de 2º ciclo.
3. Cabe ao Conselho de Curso, em conjunto com os professores responsáveis das unidades curriculares e salvaguardada a autonomia científica e pedagógica destes últimos, a articulação dos métodos pedagógicos e datas de avaliação.
4. Para além das épocas de avaliação definidas no ponto 2 será prevista uma época especial para prestação de provas dos estudantes que tenham reprovado, faltado ou desistido, em avaliações anteriores, e que da aprovação nestas provas resulte a possibilidade de marcação de provas públicas para a apresentação do trabalho final.

## **ARTIGO 11º**

### ***Definição de Estágio de natureza profissional; Projeto; Dissertação***

1. No âmbito dos cursos de 2º ciclo é considerado “Estágio de natureza profissional”:

- a) a atividade desenvolvida numa entidade de acolhimento, com aplicação técnica ou científica inovadora ou de aprofundamento de competências profissionais na área de especialização do curso;
  - b) a atividade desenvolvida numa entidade de acolhimento em áreas emergentes e/ou inovadoras no âmbito da especialização do curso.
- 2. No âmbito dos cursos de 2º ciclo é considerado “Projeto” um protocolo de estudo original que possa resultar numa investigação científica; ou a implementação sustentada de um modelo, método ou uma tecnologia/técnica inovadora na área de especialização do curso, com vista à resolução de um problema.
  - 3. No âmbito dos cursos de 2º ciclo é considerado “Dissertação”, a apresentação de um trabalho de investigação original de natureza científica desenvolvido na área de especialização do curso.

## **ARTIGO 12º**

### ***Formalização de Estágio de natureza profissional; Projeto; Dissertação***

- 1. Os temas de estágio de natureza profissional, de projeto, ou de dissertação, assim como as instituições/entidades de acolhimento e orientadores, poderão ser propostos pelos docentes do curso, pelos próprios estudantes, ou pelas instituições/entidades de acolhimento externa à ESTeSL-IPL e serão aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL por proposta do Conselho de Curso.
- 2. A elaboração da dissertação ou do trabalho de projeto e a realização do estágio são orientados por doutor ou por especialista de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, nacional ou estrangeiro.
- 3. Para efeitos do número anterior serão considerados critérios para atribuição de título de especialista de mérito, uma das duas possibilidades:
  - i) Ser especialista de reconhecida experiência e competência profissional como definido na alínea g) do artigo 3 do Título I do Dec-Lei nº. 115/2013 de 7 de agosto)
  - ii) Possuir grau académico de Mestre ou superior e ter currículo relevante na área em que vai orientar.
- 4. A orientação pode ser assegurada, em regime de coorientação, por individualidades cujo currículo ateste da relevância da sua participação.
- 5. O estudante deve entregar nos Serviços de Formação Pós-graduada e Contínua (SFPGC), nas condições e prazos determinados superiormente, para parecer do Conselho de Curso, um resumo com tema, objetivos e plano de trabalho, e orientador(es), identificando, quando se aplicar, a instituição/entidade de acolhimento. Este documento deve ser acompanhado de uma declaração de aceitação da orientação científica por parte do(s) orientador(es) proposto(s) e respetivo resumo curricular.
- 6. O Conselho de Curso comunica aos estudantes num prazo de 10 (dez) dias úteis, por escrito, o seu parecer favorável ou desfavorável, fundamentado, das propostas a que se refere o número anterior. Em caso de parecer favorável deve enviar ao Conselho Técnico-Científico para aprovação. Em caso de parecer desfavorável, o estudante dispõe de 10 (dez) dias úteis para fazer nova submissão.
- 7. Sem prejuízo da necessidade de parecer referida nos números anteriores, o mestrando devera proceder à sua inscrição/matricula no 3º semestre do curso, nos Serviços de

Formação Pós-graduada e Contínua (SFPGC), nas condições e prazos determinados superiormente, sem a qual não poderá prosseguir os trabalhos.

8. Nos casos em que, no decorrer do processo de estágio de natureza profissional, projeto ou dissertação, o estudante pretenda a alteração do tema, ou substituição do orientador, o Conselho de Curso exclui-se da responsabilidade de indicação de novo orientador.
9. Nos casos a que se refere a alínea anterior o estudante deve apresentar, de forma fundamentada, ao Conselho de Curso as alterações pedidas, indicando novo tema e/ou orientador. O Conselho de Curso deverá emitir parecer no prazo de 15 (quinze) dias úteis e em caso de parecer favorável enviar ao Conselho Técnico-Científico para aprovação.
10. Em nenhum caso estas alterações pedidas e aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL por proposta do Conselho de Curso afetarão o calendário em vigor para a edição do Curso em curso devendo ser considerados inalterados os prazos de entrega dos relatórios finais do estágio de natureza profissional, ou projeto ou dissertação.

### **ARTIGO 13º**

#### ***Apresentação dos trabalhos de Estágio de natureza profissional; Projeto; Dissertação***

1. Para efeitos de apreciação e discussão pública pelo júri, do estágio de natureza profissional resulta um relatório estruturado, adequado à especificidade do trabalho realizado, que inclui: justificação/pertinência do objeto de estudo; revisão da literatura; descrição das atividades realizadas e reflexão crítica sobre as competências de natureza profissional adquiridas e sobre as contribuições dos resultados para o aprofundamento do objeto de estudo.
2. Para efeitos de apreciação e discussão pública pelo júri, o projeto é apresentado em documento estruturado que inclui: a apreciação crítica baseada em reflexões proporcionadas pela atualizada revisão de literatura sobre o tema; o delineamento metodológico rigoroso; um pré-teste dos instrumentos de recolha de dados (quando se aplica); a descrição do planeamento da investigação/projeto; e a discussão sobre os resultados esperados; ou, no caso de implementação sustentada de um modelo, método ou uma tecnologia/técnica inovadores na área de especialização do curso, com vista à resolução de um problema o planeamento e demonstração da aplicabilidade do projeto.
3. Para efeitos de apreciação e discussão pública pelo júri, a dissertação é apresentada em documento estruturado contendo artigos ou sob formato clássico de monografia. Quando apresentada em formato de artigos, submetido para publicação ou publicados, o estudante deve ser o primeiro autor e o documento inclui; a introdução específica, os artigos na sua versão original e a discussão e reflexão final. A apresentação em formato de monografia deve seguir a orientação da apresentação de trabalhos científicos.
4. Os documentos referidos nos números anteriores são elaborados em versão provisória e, após as provas públicas, em versão definitiva incluindo, nesta versão, correções ou outras indicações emanadas pelo júri de provas públicas.
5. Qualquer um dos documentos deverá ser elaborado de acordo com as “Normas de Orientação e Apresentação de Trabalhos de Mestrado” em vigor na ESTeSL, ficando a entrega do documento dependente da utilização dessas normas.
6. A entrega do documento provisório deve fazer-se acompanhar pelo Currículo Vitae do estudante e deve ser feita no prazo estipulado pelo calendário académico do curso em número de exemplares impressos e em formato digital (CD/DVD) a definir pelo Conselho de Curso, solicitando a admissão a provas públicas.

7. A entrega do relatório de estágio de natureza profissional, projeto, ou dissertação obriga à entrega de um parecer do(s) orientador(es) em que este(s) declare(m) que o trabalho se encontra concluído e em condições de ser submetido à apreciação e avaliação do júri das provas públicas.
8. A contagem dos prazos para entrega e defesa pode ser suspensa pelo Presidente da ESTeSL IPL ouvido o Conselho Técnico-Científico, para além de outros previstos na lei, nos casos de: maternidade/paternidade; doença grave e prolongada do estudante, ou acidente grave, quando a situação ocorra no decurso do prazo de entrega e de defesa; exercício efetivo de uma das funções a que se refere o artigo 73º do Decreto-Lei nº448/79 de 13 de novembro, retificado pela Lei nº19/80, de 16 de julho.
9. Após a aprovação nas provas públicas, o estudante entregará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, nos SFPGC, dirigido ao Presidente do Júri três exemplares definitivos em papel e seis exemplares em formato digital (CD/DVD), da versão definitiva.
10. A emissão do diploma fica condicionada à entrega dos exemplares com a versão definitiva a que se refere o número anterior e a validação desses exemplares pelo Presidente do Júri sob parecer do(s) orientador(es), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
11. As dissertações de mestrado estão sujeitas ao depósito obrigatório de uma cópia digital num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, devendo o mesmo ser cumprido num prazo não superior a 60 dias a contar da data em que foi conferido o grau de Mestre.

#### **ARTIGO 14º** ***Constituição do júri***

1. A dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio são objeto de apreciação e discussão pública por um júri nomeado pelo Conselho Técnico Científico.
2. O júri para as provas públicas é constituído por três a cinco membros: o Diretor de Curso ou quem ele delegar (que preside), o(s) arguente(s) e um orientador.
3. Sempre que exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.
4. Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre nacionais ou estrangeiros titulares do grau de doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico do estabelecimento de ensino.
5. Para efeitos do número anterior serão considerados critérios para atribuição de título de especialista de mérito, uma das duas possibilidades:
  - i) Ser especialista de reconhecida experiência e competência profissional como definido na alínea g) do artigo 3 do Título I do Dec-Lei nº. 115/2013 de 7 de agosto)
  - ii) Possuir grau académico Mestre ou superior e ter currículo relevante na área em que vai arguir.
6. A proposta dos elementos do júri é constituída no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após a entrega dos documentos conforme e é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL sob proposta do Conselho de Curso. O despacho de nomeação do júri deve ser comunicado aos membros do júri e ao candidato por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua nomeação.

7. Após a nomeação, a ESTeSL - IPL envia a cada membro do júri um exemplar da versão provisória do relatório de estágio de natureza profissional, trabalho de projeto ou dissertação.
8. O júri reunirá no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis após a sua nomeação, para emitir um parecer sobre a aceitação dos documentos como apresentados ou sobre a necessidade de alterações. Desta reunião é lavrada ata da qual consta os votos de cada um dos seus membros e a respetiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns membros do júri.
9. Todas as deliberações do júri são tomadas por maioria dos membros que o constituem, através de votação nominal justificada, não sendo permitidas abstenções.
10. No caso de parecer negativo do júri o candidato tem 45 (quarenta e cinco) dias úteis para apresentar uma nova versão provisória com as alterações propostas efetuadas;
11. 10.As provas públicas são marcadas e terão lugar no prazo máximo de 70 (setenta) dias úteis após a data de nomeação do júri, se o primeiro parecer do júri for positivo.

#### **ARTIGO 15º**

##### ***Provas Públicas do Estágio de natureza profissional; Projeto; Dissertação***

1. As provas públicas de discussão do estágio, projeto, ou dissertação têm a duração máxima de 90 minutos. O candidato deverá fazer uma apresentação inicial com duração máxima de 15 minutos seguindo-se uma discussão onde podem intervir todos os membros do júri. Nesta discussão, o candidato deverá dispor de tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri. O(s) arguente(s) tem(êm) no total 30 minutos para a sua intervenção.
2. No decorrer destas provas pode ser utilizada língua portuguesa ou inglesa, com a anuência expressa de todos os intervenientes, e de acordo com a língua em que os documentos foram redigidos.
3. Após discussão, o júri reúne para apreciação e classificação da prova. A apreciação final é expressa pelas fórmulas de Aprovado (com ou sem alterações) ou Reprovado por votação nominal justificada por escrito, não sendo permitidas abstenções. Em caso de aprovação, a classificação é a que resulta da média aritmética arredondada à unidade mais próxima das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 a 20 valores.
4. Da reunião do júri é lavrada uma ata, da qual constam os votos de cada um dos seus membros e a respetiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns membros do júri, bem como a classificação.

#### **ARTIGO 16º**

##### ***Atribuição da classificação final de curso***

1. Ao grau de mestre é atribuído uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
2. O cálculo da classificação final do curso de 2º ciclo é efetuado pela média ponderada das classificações de todas as unidades curriculares pelos respetivos ECTS, sendo que a nota do relatório de estágio, ou do projeto ou da dissertação é atribuída na escala que consta no n.º 3 do artigo 15º deste Regulamento.

3. O cálculo da classificação final do curso de especialização previsto na alínea a) do n.º 2 do art.º 3º é efetuado pela média ponderada das classificações de todas as unidades curriculares pelos respetivos ECTS.

### **ARTIGO 17º**

#### ***Diplomas***

1. No âmbito dos cursos de 2º ciclo são emitidos diplomas referentes à:
  - a) conclusão do curso de especialização/pós-graduado conforme exposto na a) do número 2 do artigo 3º;
  - b) atribuição do grau de Mestre nos termos do n.º 2 do artigo 2º.
2. A emissão dos diplomas referidos no número anterior é acompanhada pela emissão do correspondente suplemento ao diploma nos termos da Lei, no prazo que permita a sua entrega no Dia da Escola, caso não seja outra a vontade expressa pelo mestrando
3. A emissão de qualquer certidão que ateste a conclusão do curso de especialização ou a obtenção do grau de mestre, requer o pedido de emissão do diploma.

### **ARTIGO 18º**

#### ***Propinas***

1. As propinas são fixadas anualmente por Despacho do Presidente da ESTeSL – IPL.
2. O modo de pagamento das propinas é definido pelo Regulamento nº 10/2013 – Regulamento de propinas para cursos de 2º ciclo.

### **ARTIGO 19º**

#### ***Divulgação***

A divulgação de cursos de 2º ciclo só poderá ocorrer depois da aprovação da edição do curso pelo Conselho Técnico-Científico e pelo Presidente da ESTeSL - IPL.

### **ARTIGO 20º**

#### ***Disposições Finais***

1. Os casos omissos por este Regulamento devem ser, remetidos ao Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL que deve atuar em conformidade com a Lei e com os Estatutos da ESTeSL - IPL.
2. Reclamações das deliberações proferidas pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL – IPL são dirigidas ao Presidente da ESTeSL –IPL.
3. As normas para os mestrados desenvolvidos em cooperação ou em associação da ESTeSL – IPL e outras instituições do ensino superior são matéria de regulamento próprio.
4. O presente Regulamento foi aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSL - IPL em 5 de fevereiro de 2014 e 12 de março de 2014 e entra em vigor a partir do dia seguinte à sua publicação.